

**GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação**

**COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E CIDADANIA NO CONTEXTO  
BRASILEIRO: o bibliotecário como agente mediador**

Comunicação Oral

Valdir Jose Morigi – UFRGS  
Patrícia Mallmann Souto Pereira – UFRGS  
Geise Ribeiro da Silva – UFRGS  
Ana Paula Sehn – UFRGS  
Fernanda Barbosa – UFRGS  
Cynthia Silva Wessfl – UFRGS

patriciamall@yahoo.com.br

## COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E CIDADANIA NO CONTEXTO BRASILEIRO: o bibliotecário como agente mediador

**RESUMO:** O objetivo do artigo é refletir sobre a relação entre competência informacional e cidadania, abordando a atuação do bibliotecário, no contexto brasileiro. O estudo analisa as abordagens sobre competência informacional na Ciência da Informação e na Biblioteconomia, a partir dos artigos publicados na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) até o ano de 2011. A busca na base de dados foi realizada com os seguintes termos: *information literacy*, competência em informação, competência informacional, letramento em informação, letramento informacional, alfabetização em informação, alfabetização informacional, fluência informacional e literacia. Foram recuperados 74 trabalhos. Os estudos analisados abordam competência informacional a partir de quatro principais concepções: necessidade, busca e uso da informação; educacional; inclusão social; e o “fazer bibliotecário”. Em relação à cidadania, os estudos abordam os seguintes temas: inclusão digital, informação como um direito básico ao exercício da cidadania, inclusão social, educação e ética. E no que diz respeito à atuação do bibliotecário, foram identificadas duas principais vertentes: uma que caracteriza a ação do bibliotecário preponderantemente no ambiente escolar; e a outra que caracteriza o bibliotecário como agente mediador em processos cognitivos dos usuários de bibliotecas e unidades de informação. Conclui que na literatura brasileira há uma relação entre competência informacional e cidadania, porém vê-se a necessidade de aprofundamento das ações a esse respeito; considera a atuação do bibliotecário como agente mediador.

**PALAVRAS-CHAVES:** Bibliotecário. Cidadania. Competência informacional.

### 1 INTRODUÇÃO

A noção de competência informacional<sup>1</sup> está inscrita no contexto das discussões em torno do impacto da informação na atualidade. A expressão *information literacy* surgiu na literatura norte-americana, no contexto da então emergente sociedade da informação, quando Zurkowski (1974) a mencionou para ressaltar a importância de um programa universal de alfabetização informacional (*information skills*) voltado à indústria da informação, indo muito além das funções tradicionais das bibliotecas (e dos bibliotecários) da época. Owens<sup>2</sup> (1976 apud CAMPELLO, 2003; DUDZIAK, 2003) já mencionava o potencial dos ideais estabelecidos pela expressão para a emancipação política.

O conceito assumiu extrema importância a partir do final do século XX, com as mudanças sociais advindas da emergência da sociedade da informação (materializada pelas tecnologias de informação e comunicação - TICs), na perspectiva educacional de aprendizado

---

<sup>1</sup> Adotou-se o termo competência informacional, por ser o mais utilizado na literatura brasileira.

<sup>2</sup> OWENS, R. The State Government and Libraries. **Library Journal**, v. 101, n. 1, p. 19-28, jan. 1976.

ao longo da vida. Essa perspectiva está calcada na busca pelo conhecimento numa sociedade em que a informação assume um papel central em todas as atividades do cotidiano, tendo sido denominada de aprender a aprender.

Na literatura brasileira das áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia o termo vem ganhando espaço desde a década de 2000, e abrindo novas perspectivas no âmbito da pesquisa e das práticas profissionais ligadas à informação. A competência informacional é vista como aprendizado necessário para lidar com o volume de informação disponível em todas as áreas do conhecimento, inclusive ligada a questões políticas e sociais, ampliando a noção de educação de usuários.

Percebe-se a necessidade de refletir acerca da atuação dos bibliotecários na construção da cidadania. A esse respeito levantam-se algumas questões: Como se configura a competência informacional e sua relação com a construção da cidadania no Brasil? Que tipo de competência informacional devem ter os bibliotecários para auxiliar na construção da cidadania dos indivíduos?

O objetivo deste artigo é refletir sobre a relação entre competência informacional e cidadania, abordando a atuação do bibliotecário, no contexto brasileiro. O estudo foi desenvolvido através da análise das abordagens sobre competência informacional nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia, a partir dos artigos indexados na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI)<sup>3</sup>.

A busca na base de dados foi realizada por título, resumo e palavras-chave, considerando-se as publicações até o final do ano de 2011. Os seguintes termos foram buscados: *information literacy*, competência em informação, competência informacional, letramento em informação, letramento informacional, alfabetização em informação, alfabetização informacional, fluência informacional e literacia. Os termos de busca foram selecionados com base na literatura sobre o tema, e foram recuperados 74 artigos, sendo desconsiderados os que tratavam da realidade de outros países, em vista do foco do estudo.

Adotou-se neste trabalho o termo competência informacional por ter sido o preferido em quase 50% dos artigos analisados, seguido do termo competência em informação, que foi adotado em torno de 30% dos estudos. A análise considerou a abordagem do conceito utilizada, a relação com cidadania e a atuação do bibliotecário no desenvolvimento de competências. Com base nessas questões foi realizada uma análise das narrativas.

---

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/>>.

## 2 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E CIDADANIA

No final da década de 1980, foi produzido pelo Comitê Presidencial da American Library Association (ALA) um relatório no qual o conceito de competência informacional é definido de forma ampla, englobando um enfoque social e um contexto educacional:

Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando a informação é necessária e ter capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação necessária. Gerar cidadania exigirá que as escolas e faculdades apreciem e integrem o conceito de competência informacional em seus programas de aprendizagem e que desempenhem um papel de liderança em instrumentalizar indivíduos e instituições para tirar vantagem das oportunidades inerentes à sociedade da informação. Em última análise, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Eles sabem como aprender porque sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar informação, e como usá-la de tal maneira que outros possam aprender com ela. (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1989, tradução nossa)

No Brasil não há um único termo amplamente aceito para o conceito de *information literacy*, tendo assumido diferentes traduções: “alfabetização informacional”, “competência em informação”, “fluência informacional”, “letramento informacional”, “literacia” (DUDZIAK, 2003). Já Campello (CAMPELLO, 2002; CAMPELLO; ABREU, 2005; CAMPELLO, 2006; CAMPELLO, 2010) adotou em sua obra o termo “competência informacional”. No entanto, percebe-se que a expressão não fugiu à sua essência enquanto conceito, inicialmente proposto por Caregnato (2000), contextualizado frente à era digital e reconhecidamente complexo em sua trajetória.

Trata-se de um conjunto de elementos que englobam o “bom uso” de fontes informacionais, em experiências individuais, no âmbito da informação, do conhecimento e do aprendizado. Observando a importância de se tratar teoricamente do tema, diversos documentos são produzidos a fim de estabelecer diretrizes para sua efetivação prática. No ano de 2000, a Association of College & Research Libraries (ARCL) da ALA atualizou a Research Agenda for Library Instruction and Information Literacy (ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES, 2000). No Brasil foi produzido em 2011, no contexto do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, um documento intitulado Declaração de Maceió sobre Competência em Informação, o qual destaca de forma reflexiva o papel social das unidades de informação, do bibliotecário e do poder público no desenvolvimento dessas competências no país (CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2011). Recentemente, considerando as diferenças conceituais e

gramaticais da língua portuguesa falada no Brasil e em Portugal e a necessidade da formação de uma rede colaborativa para a expansão do desenvolvimento de competências informacionais nos países latino-americanos, a pesquisadora brasileira Regina Célia Baptista Belluzzo e a pesquisadora portuguesa Maria José Vitorino e Mendinhos Isabel traduziram as 15 Ações de Competência em Informação dispostas na Declaração de Havana (CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, 2012).

A Biblioteconomia, como campo de estudo, trata de aspectos de ordenação e organização, sistematização, acessibilidade e disseminação da informação e do conhecimento, cria produtos e serviços para bancos de dados, bibliotecas, centros de documentação e outras unidades de informação. Os profissionais com suas competências realizam a mediação entre o conhecimento e os cidadãos através de ações que viabilizam a propagação e o acesso a informação útil. Nessa perspectiva, os bibliotecários, como agentes sociais da informação e do conhecimento, deveriam ser os mais capacitados para desenvolver as competências informacionais e delas se apropriarem com a finalidade de auxiliar os cidadãos a construir e exercerem a cidadania.

O processo de desenvolvimento de competências informacionais deve ser pensado como um componente propulsor da cidadania, na medida em que preenche lacunas do conhecimento, tornando o cidadão mais autônomo no que diz respeito a aquisição de competências, tanto na apropriação das informações quanto na qualificação da ação política do sujeito. Nesse sentido, este não recebe passivamente informações, mas é capaz de se apropriar de forma crítica e, ao mesmo tempo, de debatê-las e comunicá-las ativamente. Por sua vez, as informações ao subsidiarem as ações e o agir de forma consciente fundamenta as decisões individuais e coletivas, possibilitando uma transformação social. Assim, os cidadãos estariam melhor qualificados para reivindicar suas demandas e de sua comunidade em relação a educação, saúde, trabalho, moradia, saneamento, meio ambiente, cultura, transporte, segurança. Além disso, possibilita uma conduta reflexiva em relação às atitudes comportamentais, favorecendo posturas responsáveis e éticas frente ao “Outro” e às questões ambientais e planetárias.

A cidadania está intrinsecamente ligada à melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais. Com base em Barbalet (1989), reivindicar direitos básicos para a manutenção da vida social pressupõe a participação política dos cidadãos. Exercê-la gera impactos nas relações entre os indivíduos e os diferentes grupos sociais, afetando o modo como atuam as instituições políticas, sociais e econômicas. A cidadania é uma ação política dos sujeitos que intervém no espaço público onde se age coletivamente, mas interfere também na construção

das subjetividades dos sujeitos sociais. Dessa forma, podemos afirmar que a prática da cidadania pode afetar a dinâmica das relações entre as classes sociais e os mecanismos de desigualdade social que ordenam e estruturam a divisão entre as classes.

Por outro lado, a cidadania não pode ser entendida apenas com uma categoria territorial, pois os cidadãos pertencentes a uma nação ou a um território (uma vez que as ações dos indivíduos ultrapassam as fronteiras nacionais, regionais ou locais) muitas vezes geram impactos planetários, temos como exemplo as nossas relações com o meio ambiente.

Morigi, Vanz e Galdino (2003) ressaltam que a cidadania precisa ser vista um pouco mais além do conceito jurídico-político e sua tipologia tal como definido por Marshall. A cidadania como um conjunto de direitos (civis, políticos e sociais) e deveres pode ser afetada e transposta pelas ações dos sujeitos que refletem as dinâmicas e as desigualdades de forças entre as classes sociais. Nesse contexto, o acesso e a apropriação das informações pelos sujeitos sociais tornam-se fundamentais para a compreensão de como se estabelecem os pactos e enfrentamentos entre os grupos e as ações políticas e em que condições estes exercem ou deixam de exercer a cidadania de forma plena.

Conforme os autores, é pelo aprendizado através da educação que os sujeitos tornam-se cidadãos. Cabe ao sistema de ensino fornecer a base educacional necessária para que os cidadãos critiquem as suas ações e ampliem a sua visão sobre o mundo. Nesse contexto, o papel das bibliotecas possibilita o acesso à informação e ao conhecimento, potencializando a autonomia e a emancipação política dos cidadãos ao se apropriarem das informações disponíveis e a construírem o pensamento crítico.

Carvalho (2004) salienta que a educação é um dos pilares da construção da cidadania, especificamente quando se refere à ampliação dos direitos sociais (melhores condições de saúde, habitação, educação e outros). Nessa linha, complementa Targino (1991) que a democratização da informação promove o desenvolvimento da cidadania; e as ações, principalmente das instituições, tal como das bibliotecas públicas e comunitárias, possibilitam que isso ocorra com mais força e efetividade.

Para Belluzzo (2005), o ensino e a aprendizagem estão:

[...] sob o enfoque de um novo paradigma conceitual e prático, voltado para a formação de cidadãos capazes de integrar-se à Era Digital, cujo princípio fundamental acha-se embasado no desenvolvimento de competências para o uso da informação e na capacidade intelectual de transformá-la em conhecimento, com uma inovadora condição de aprendizado contínuo e crescente. A desinformação nessa era é talvez a razão da existência de muitos problemas sociais, uma vez que atinge o ser humano em sua maior propriedade: a racionalidade. (BELLUZZO, 2005, p. 37)

Na perspectiva de Castells (2005), a informação e o conhecimento sempre foram centrais na nossa sociedade, o que mudou foi o seu alcance, papel e grau de importância, além dos suportes para seu registro e acesso: mais dinâmicos, flexíveis, adaptáveis e eficientes aos modos e esquemas de vida social contemporânea. A tecnologia é condição necessária, mas não suficiente para a emergência da organização social em redes, uma vez que é a sociedade que formata as tecnologias a partir das suas apropriações. A tecnologia e seus usos não eliminam a ação política, ao contrário, é pela ação política que passamos a dar uso a elas.

Entretanto, como lembra Pellanda (2005, p. 61), vivemos sob a égide de uma fragmentação da cultura. Dividimos os saberes das nossas ações individuais e coletivas, é a idéia do “Eu” distinto do “Outro”. Essas percepções instituídas continuam regendo as relações sociais, como afirma a autora: “[...] perdemos a compreensão do fenômeno técnico como entrelaçado na nossa realidade concreta e o seu papel em termos da dinâmica de nossas transformações.”.

Segundo Correia (2004, p. 117): “A fragmentação e o pluralismo crescentes nas sociedades da modernidade tardia constituem fatores decisivos pelos quais urge incidir uma atenção redobrada à conflitualidade como correlato dialético do consenso.” Conforme o autor, uma das dimensões onde se expressam as tensões e os conflitos, de forma crescente, é no domínio das políticas da vida, vinculadas às novas concepções de vivência individual, no qual incidem na construção das subjetividades dos sujeitos sociais e passam a alterar a natureza da vida social cotidiana, afetando as experiências e, ao mesmo tempo, introduzindo transformações no modo de exercer a cidadania.

As transformações da subjetividade dos sujeitos estão relacionadas com o acesso e as apropriações das informações que fizeram comparecer através da vivência individual, em um mundo laicizado e privado pelo confronto de cosmovisões. O sujeito foi descentrado de uma identidade única e homogênea, passou a ser definido por uma crença e narrativa pessoal. As informações que originaram os mapas de orientação que conduzem o sujeito na construção de sua identidade a partir de diferentes visões de mundo, esferas da vida pessoal que se misturam aos tortuosos caminhos que, muitas vezes, entram em conflito (CORREIA, 2004).

Na concepção de Santos (2006), a subjetividade é parte integrante das vivências sociais, do cotidiano intersubjetivo e criativo de sujeitos interagentes que buscam romper com as forças regulatórias e opressoras. Assim, o processo de aprofundamento da subjetividade articula-se com a noção de participação democrática, reconhecimento e responsabilidade social (CORREIA, 2004).

A relação da cidadania com a subjetividade refere-se ao fato de que a “[...] emancipação por que lutam não é estritamente política, mas antes pessoal, social e cultural.” (SANTOS, 2006, p. 261). Nesta linha de pensamento, a noção de cidadania e seu aprofundamento mediante a multiplicação dos espaços públicos e do fortalecimento da sociedade civil, “[...] deve identificar-se com as diversas possibilidades de resistência ética e política que impedem a reificação das estruturas da intersubjetividade.” (CORREIA, 2004, p.153).

Refletindo sobre essas concepções, precisa-se rever nossas práticas e adotar uma nova perspectiva que aproxime a capacidade crítica do agir social, pois tal como nos ensina o paradigma da complexidade de Edgar Morin (2008), precisamos “aprender a aprender” e tecer junto o que foi fragmentado, pois a informação e o conhecimento são partes da trama que tece a rede complexa da nossa subjetividade e o mundo no qual estamos inseridos.

Os estudos de competência informacional começaram ligados à questão da cidadania, e no Brasil eles tomaram diferentes direções, conforme pôde ser observados através dos estudos na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação. É o que vem a seguir.

### **3 COMPETÊNCIA INFORMACIONAL E CIDADANIA NOS ESTUDOS DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL**

A partir da leitura e do fichamento dos 74 artigos que compuseram o *corpus* do estudo, buscou-se definir a concepção principal em que a competência informacional é abordada em cada um deles, assim como sua relação com cidadania e a atuação do bibliotecário no contexto brasileiro.

Percebeu-se que os estudos sobre competência informacional na Ciência da Informação e na Biblioteconomia no Brasil formam um corpo de conhecimento acerca do tema, que tem desenvolvido reflexões inerentes ao contexto nacional em diferentes campos da área, porém pode-se afirmar que ainda não há uma única definição estabelecida e completamente aceita para esse termo. Uma definição que parece englobar todos os elementos da competência informacional e que é bastante citada foi proposta por Dudziak (2003, p. 28) como “[...] o processo contínuo de internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades necessário à compreensão e interação permanente com o universo informacional e sua dinâmica, de modo a proporcionar um aprendizado ao longo da vida.”

Com relação à concepção principal apresentada pelos artigos, pode-se afirmar que são identificadas quatro direções principais. Elas podem ser assim sintetizadas: primeiramente, aquelas voltadas aos **processos de necessidade, busca e uso da informação** (no âmbito do campo de estudo de usuários) e **educacional** (comportando diferentes abordagens, como cognitiva, social e de atuação do bibliotecário). Seguida por aquelas voltadas à **questão social**, e a temas relacionados ao “**fazer bibliotecário**”, respectivamente.

A respeito da relação existente entre competência informacional e cidadania, os trabalhos investigados abordam os seguintes temas: inclusão digital, informação como um direito básico ao exercício da cidadania, inclusão social, educação e ética. A inclusão digital é abordada, principalmente, com relação à cidadania na formação e capacitação do cidadão para o uso da informação digital, considerando o acesso à tecnologia e instrução para utilizá-la.

A informação como um direito básico se pauta no fato de que é um direito meio, sendo necessária para o exercício dos demais direitos da cidadania, uma vez que o conhecimento sobre os direitos e deveres de cidadania tornam as pessoas aptas a exercê-los (GENTILLI, 2002). A informação modifica as relações dos sujeitos com a realidade social e cultural, pois ao realizar a mediação entre eles e os acontecimentos sociais e seu entorno torna-se produto e instrumento de mediação social. (MARTELETO, 1987).

Alguns autores defendem que o desenvolvimento da competência informacional está diretamente ligado à inclusão social, trazendo benefícios tanto individuais quanto coletivos. Em muitos casos é abordada a inclusão na sociedade da informação, envolvendo um viés de inclusão digital, sendo considerado que a maior parte da informação atualmente está na *web*.

Diversos estudos também abordam a temática da competência informacional a partir de uma perspectiva educacional, argumentando que o indivíduo, por meio da educação, desenvolve consciência crítica, no que tange ao despertar da consciência e participação política. Essas pesquisas estariam mais próximas das práticas de cidadania, pois além de possibilitar a formação dos cidadãos em relação ao poder de escolher e efetivar escolhas, também possibilita um posicionamento ético frente às questões políticas e sociais, o que envolve autonomia, responsabilidade, criatividade, criticidade e aos processos dialógicos que envolvem o viver e compartilhar o mundo comum.

Dessa forma, os estudos associam o acesso à informação e ao conhecimento, insumos fundamentais em todos os setores da vida social, como indispensáveis ao desenvolvimento econômico, da cidadania, da produção cultural e artística. Além disso, juntamente com a educação, o acesso informacional possui o potencial de alavancar a formulação de políticas públicas para propiciar processos de inclusão social.

A literatura acerca de competência informacional considera que o amplo acesso à informação tem o potencial de propiciar que os cidadãos tornem-se aprendizes ao longo da vida: aptos a encontrar, avaliar e usar informação de forma eficiente e eficaz para a resolução de problemas, tomada de decisões e, conseqüentemente, para a inserção social. Assim, podendo tornarem-se partícipes na construção do espaço público.

Em relação à atuação do bibliotecário, dos artigos que compõe o *corpus* da pesquisa, mais da metade aborda a atuação bibliotecária, ponto que interessa nesta análise. É possível identificar duas vertentes nítidas: uma caracteriza a ação do bibliotecário preponderantemente no ambiente escolar, em trabalho colaborativo e compartilhado com educadores e outros profissionais, principalmente em relação às políticas vinculadas à leitura; a outra caracteriza o bibliotecário como agente mediador em processos cognitivos dos usuários de bibliotecas públicas, escolares e universitárias, além de outros espaços onde circulam informações, sejam eles instituições públicas ou privadas. Em síntese, os artigos enfatizam o trabalho colaborativo entre bibliotecários e educadores para a formação de cidadãos competentes informacionalmente.

Essas abordagens corroboram com as ideias de Belluzzo (2005), quando identifica que o grande desafio desse século é a capacidade dos indivíduos de comparar, categorizar, representar, inferir, transferir e interpretar informações criticamente. A desinformação ou o excesso dela gera muitos equívocos em relação aos problemas sociais modernos, à medida que torna os cidadãos incapazes de se apropriarem das informações úteis disponíveis para melhorar sua qualidade de vida e seu entorno.

Conforme Dudziak (2003) existem três diferentes concepções da competência informacional, centradas na informação, no conhecimento e no aprendizado. Tais ênfases estão interligadas. Dessa forma, não podemos afirmar que a participação do bibliotecário como agente mediador esteja ligada a apenas uma delas. Entretanto, a sua ação em relação aos processos que envolvem a competência informacional possui maior visibilidade nas bibliotecas, espaços educativos onde circulam informações e necessita da gestão do conhecimento para potencializar os processos cognitivos inerentes à busca e apropriação da informação e do aprendizado dos usuários.

Nesse sentido, retomamos a questão da construção da cidadania e da subjetividade dos cidadãos no qual destacamos o papel do acesso e da apropriação da informação nesse processo, pois a democratização da informação para a cidadania é possível através da mediação de agentes sociais, entre os quais o bibliotecário auxilia através da sua competência informacional. Para o alcance do ideal da inclusão social é necessário que sejam elencadas

ideias inovadoras que sejam incorporadas em ações interligadas a um processo onde o conhecimento e a consciência crítica construam cidadãos plenos (PINHEIRO, 2005).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da reflexão sobre a relação existente entre competência informacional e cidadania, no contexto brasileiro, o bibliotecário desempenha a atuação de agente mediador. Bibliotecários se configuram como integradores do desenvolvimento intelectual, social e político de indivíduos, em prol da expansão da competência informacional dessas pessoas. A Biblioteconomia assume para a sociedade brasileira uma possibilidade de reduzir desconfortos do circuito informacional, tornando a informação mais acessível, chegando àqueles que necessitam dela. Suas diretrizes norteiam os profissionais no auxílio ao desenvolvimento da apropriação dessas informações.

Exercer politicamente a cidadania garantiria aos cidadãos uma diminuição das desigualdades sociais existentes entre aqueles situados no nível abaixo da linha de pobreza e aqueles plenamente satisfeitos com sua condição abastada de vida. Permanece o ideal de incorporação, dado pela sensação de pertencimento à comunidade, sociedade ou nação. Isso se dá pela facilidade de acesso às informações públicas e pela capacidade individual de compreendê-las como fator crucial para a tomada de decisão.

Se a universalização do acesso à informação aumenta o potencial de geração de riquezas, de crescimento e de conhecimentos, indubitavelmente deveria haver uma melhoria da capacidade de avaliação crítica sobre bens, mercadorias e serviços científicos e tecnológicos produzidos na sociedade. Essa capacidade reflexiva unida aos demais componentes formadores do ideal da competência informacional acaba por se apresentar como um diferencial moderno para a construção e o exercício da cidadania.

Para concluir, tomamos emprestada a metáfora de Parada (2009), em sua obra “los infiernos tan temidos” ao se referir as ações dos profissionais em Biblioteconomia e Ciência da Informação no contexto da América Latina no mundo contemporâneo. São muitos os “infiernos” que tememos, mas em virtude do pouco tempo para aprofundar neste artigo, destacaremos apenas dois que dizem respeito ao tema abordado no estudo. O primeiro está relacionado com a postura dos bibliotecários em relação ao mundo e as esferas políticas que dele fazem parte. O segundo trata do impulso técnico, configurado no *modus operandis* e

pragmático que ancora as práticas da profissão, indispensáveis, mas insuficientes para uma profissão que almeja valor e visibilidade social pela atuação dos seus profissionais.

Diante de tais colocações, como podemos caracterizar a competência informacional e sua relação com a construção da cidadania no Brasil? Que tipo de competência informacional devem ter os bibliotecários para auxiliar os cidadãos na construção e no exercício da cidadania? Diríamos que, tomando como base os estudos na área, com algumas exceções, ainda temos um quadro um pouco restrito para permitir uma análise com profundidade das ações e das atividades da profissão face ao seu potencial transformador. As ações profissionais voltadas à promoção e ao desenvolvimento da cidadania ainda são tímidas e, muitas vezes, ingênuas.

Por outro lado, enquanto não refletirmos, aprofundarmos e ampliarmos as discussões sobre a discrepância entre a formação “técnica” e “social” do profissional, no qual há uma ausência da política nos cursos de formação profissional, esta atuação voltada para as práticas da cidadania continuará debilitada com fraca inserção social dos profissionais em relação a uma postura ativa de transformação social.

Nas Jornadas temáticas idealizadas por Edgar Morin (2001) na França, criadas com a finalidade de fornecer elementos de informação e reflexão para regenerar a cultura humanista laica e capacitar intelectualmente os adolescentes para encarar o século XXI enfrentaram diversos desafios. Entre os quais o favorecimento da emergência de novas humanidades a partir das polaridades complementares e não antagônicas, a cultura científica e a cultura humanista. Segundo o Morin (2001, p.13): “O mais difícil é conseguir mudar as mentalidades.” Na concepção do autor, é necessário uma reforma no pensamento e esta deve começar pelo pensamento dos educadores.

### **INFORMATION LITERACY AND CITIZENSHIP IN BRASILIAN CONTEXT: the librarian as mediator**

**ABSTRACT:** The aim of this paper is to discuss the relationship between information literacy and citizenship, addressing the role of the librarian in the Brazilian context. The study analyzes the approaches to information literacy in information science and librarianship, from articles published in the Database Referential Journal Article in Information Science (BRAPCI) by the year 2011. The search in the database was performed with the following terms: information literacy, competência em informação, competência informacional, letramento em informação, letramento informacional, alfabetização em informação, alfabetização informacional, fluência informacional e literacia. 74 papers were retrieved. The

studies analyzed information literacy approach based on four main concepts: needs, seeking and use information; education, social inclusion, and "Do Librarian." Regarding citizenship, the studies cover the following topics: digital inclusion, information as a basic right to citizenship, social inclusion, education and ethics. And with regard to the role of the librarian, we identified two main parts: one that characterizes the action of the librarian mainly in the school environment, and the other featuring the librarian as mediator in cognitive processes of users of libraries and information units. It concludes that the Brazilian literature there is a relationship between information literacy and citizenship, but sees the need for further actions in this regard, the librarian plays the role of mediator.

**KEYWORDS:** Librarian. Citizenship. Information literacy.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Presidential Committee on Information Literacy. **Final report**. Chicago, 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/publications/whitepapers/presidential>>. Acesso em: 12 maio 2012.

ASSOCIATION OF COLLEGE & RESEARCH LIBRARIES. **Research Agenda for Library Instruction and Information Literacy**. Chicago, 2000. Disponível em: <<http://www.ala.org/acrl/aboutacrl/directoryofleadership/sections/is/iswebsite/projpubs/researchagendaforlibrary>>. Acesso em: 20 maio 2012.

BARBALET, J. M. **A Cidadania**. Lisboa: Estampa, 1989.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 30-50, jun. 2005. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003088&dd1=38039>. Acesso em: 15 maio 2011.

CAMPELLO, Bernadete Santos. A competência informacional na educação para o século XXI. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteca escolar: temas para uma prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 9-11

CAMPELLO, Bernadete Santos. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 28-37, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000001112&dd1=5eb94>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. A escolarização da competência informacional. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 63-77, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004331&dd1=4c5bd>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Perspectivas de letramento informacional no Brasil: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 15, n. 29, p. 184-208, 2010. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000008886&dd1=7b888>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

CAMPELLO, Bernadete Santos; ABREU, Vera Lúcia Furst Gonçalves. Competência informacional e formação do bibliotecário. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 178-193, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000003623&dd1=0928e>>. Acesso em: 22 abr. 2012.

CAREGNATO, Sônia Elisa. O desenvolvimento de habilidades informacionais: papel das bibliotecas universitárias no contexto da informação digital em rede. **Revista de Biblioteconomia & Comunicação**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 47-55, jan./dez. 2000. Disponível em: < <http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000004619&dd1=f236c>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede: do conhecimento à Política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Org.). **Sociedade em Rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa: Imprensa Nacional ; Casa da Moeda, 2005.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, XXIV., 2011, Maceió. Seminário sobre Competência em Informação. **Declaração de Maceió sobre Competência em Informação: cenários e tendências**. Disponível em <[http://www.febab.org.br/declaracao\\_maceio.pdf](http://www.febab.org.br/declaracao_maceio.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE INFORMAÇÃO, XII, 2012, Cuba. Seminário Lições Aprendizagem Programas Literacia da Informação na Ibero-america. **Declaração de Havana**. Disponível em: <<https://docs.google.com/file/d/0BweUYcipCswRbDFQbXY2aUdZakU/edit?pli=1>>. Acesso em 06 jun. 2012.

CORREIA, João Carlos. **Comunicação e Cidadania: os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas**. Lisboa: Livros Horizontes, 2004

DUDZIAK, Elisabeth Adriana. Information literacy: princípios, filosofia e prática. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 23-35, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000000691&dd1=92de9>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. Information Literacy e o papel educacional das bibliotecas e do bibliotecário na construção da competência em informação. In: ENDOCOM. Encontro da Rede Nacional de Centros de Informação e Bibliotecas da Área de Comunicação Social, 12., 2002, Salvador. ENDOCOM 2002: **anais...** São Paulo: Intercom, 2002.

GENTILLI, Victor. O Conceito de Cidadania, Origens Históricas e Bases Conceituais: os vínculos com a comunicação. **Revista da FAMECOS**, Porto Alegre, n. 19, p. 41-55, dez. 2002.

MARTELETO, Regina. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? **Revista de Ciência da Informação**, Brasília, v. 16 n.2, p. 169-80 jul./dez. 1987. Disponível em: < [http://www.brapci.ufpr.br/search\\_result.php](http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php)>. Acesso em: 20 jun. 2011

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. Cidadania, novos tempos, novas aprendizagens: novos profissionais? **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 69-78, jan./jun. 2003. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/61>>. Acesso em: 2 mar. 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

MORIN, Edgar. **A Religação dos saberes: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PARADA, Alejandro E. Los infiernos tan temidos em la Bibliotecologia / Ciencia de la Información (BCI). **Información, Cultura y Sociedad**, Buenos Aires, n. 20, jan./jun. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-17402009000100001](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17402009000100001)>. Acesso em: 2. jul. 2012.

PELLANDA, Nize Maria Campos. Técnica: para muito além do objeto. In: PELLANDA, Campos, Nize Maria, *et al* (Org.). **Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PINHEIRO, Lêna Vania Ribeiro. “Educação da sensibilidade”, informação em arte e tecnologias para inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 51-55, out. 2005/mar. 2006. Disponível em: <[http://www.brapci.ufpr.br/search\\_result.php](http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php)>. Acesso em: 18 jun. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TARGINO, Maria da Graça. Biblioteconomia, informação e cidadania. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 149-160, jul./dez. 1991. Disponível em: < [http://www.brapci.ufpr.br/search\\_result.php](http://www.brapci.ufpr.br/search_result.php)>. Acesso em: 18 maio 2012.

ZURKOWSKI, Paul. G. **The information services environment relationships priorities: Related Paper No. 5**. Washington D. C.: National Commission on Libraries, 1974. Disponível em: < [http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortalhttp://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/search/detailmini.jsp?\\_nfpb=true&\\_ERICExtSearch\\_SearchValue\\_0=ED100391&ERICExtSearch\\_SearchType\\_0=no&accno=ED100391](http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortalhttp://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/search/detailmini.jsp?_nfpb=true&_ERICExtSearch_SearchValue_0=ED100391&ERICExtSearch_SearchType_0=no&accno=ED100391)>. Acesso em: 5 mar. 2012.